

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOECONÔMICAS – ESAG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Curso: MESTRADO ACADÊMICO EM ECONOMIA

Grupo de Pesquisa: Grupo de Economia Aplicada – GEA

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas

**O IMPACTO DA ESCASSEZ COGNITIVA NA EFICÁCIA DOS PROGRAMAS DE
TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UMA AVALIAÇÃO NEUROECONÔMICA EM
BENEFICIÁRIOS BRASILEIROS**

CPF do candidato: 132.900.167-22

FLORIANÓPOLIS

2025

1. INTRODUÇÃO

A vulnerabilidade econômica vai além da falta de recursos, impactando diretamente a cognição, o planejamento e a tomada de decisão. Estudos de Mullainathan e Shafir (2013) demonstram que a pressão financeira constante produz um estado de “escassez cognitiva”, no qual a mente se mantém ocupada por urgências imediatas, reduzindo a capacidade de foco, de organização mental e de projeção de longo prazo.

No contexto brasileiro, a dependência de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, desempenha papel central na mitigação da pobreza. Embora esses programas apresentem resultados significativos na melhora das condições materiais, ainda são escassas as evidências sobre seus efeitos cognitivos. A alternância entre o período de escassez, anterior ao pagamento do benefício, e o período de alívio financeiro, logo após o recebimento, configura um ambiente empírico relevante para investigar como variações na liquidez influenciam o comportamento e o desempenho cognitivo.

Pesquisas conduzidas por Haushofer e Fehr (2014) e por Mani et al. (2013) indicam que oscilações nos recursos disponíveis afetam o bem-estar emocional e a qualidade das decisões, intensificando impulsividade e vieses comportamentais, como a preferência por recompensas imediatas, conforme descrito por Kahneman (2012). Nesse cenário, a Neuroeconomia, apresentada por Camerer, Loewenstein e Prelec (2005), fornece um arcabouço analítico essencial para compreender como o cérebro reage a restrições financeiras e como breves períodos de estabilidade podem favorecer maior clareza mental, melhor desempenho em tarefas cognitivas e decisões intertemporais mais equilibradas.

Compreender tais fenômenos é fundamental para aprimorar o desenho das políticas públicas de transferência de renda, incorporando a dimensão cognitiva da vulnerabilidade. Esse entendimento possibilita o fortalecimento da autonomia dos beneficiários e amplia o impacto das iniciativas de desenvolvimento humano. A análise da escassez cognitiva, portanto, torna-se elemento indispensável para avaliar a eficácia das políticas sociais no país.¹

¹ MULLAINATHAN, Sendhil; SHAFIR, Eldar. *Scarcity: Why Having Too Little Means Too Much*. New York: Times Books, 2013. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família: Informações institucionais*. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds>. Acesso em: 31 mar. 2025. HAUSHOFER, Johannes; FEHR, Ernst. On the psychology of poverty. *Science*, v. 344, p. 862–867, 2014. MANI, Anandi; MULLAINATHAN, Sendhil; SHAFIR, Eldar; ZHAO, Jiaying. Poverty impedes cognitive function. *Science*, v. 341, p. 976–980, 2013.

1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

De que maneira a escassez cognitiva associada à pobreza, mitigada pelo alívio financeiro temporário dos programas de transferência de renda, influencia as decisões intertemporais (saúde, educação e finanças) dos beneficiários brasileiros? E como o desenho das políticas públicas pode ser aprimorado a partir de *insights* neuroeconômicos para potencializar esses efeitos positivos?

1.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo central desta pesquisa consiste em analisar a modulação da escassez cognitiva sobre a eficácia dos programas de transferência de renda no Brasil, com foco empírico nos beneficiários do Estado de Santa Catarina. Busca-se, prioritariamente, compreender de que modo o alívio financeiro temporário, decorrente do recebimento do benefício, influencia o funcionamento cognitivo e, por extensão, as decisões intertemporais dos participantes em dimensões cruciais como gestão financeira, educação e saúde.

A partir dessa análise aprofundada, a pesquisa se propõe a avaliar o potencial da integração entre evidências neuroeconômicas e o desenho das políticas públicas para potencializar o desenvolvimento do capital humano, ampliando a autonomia, o planejamento estratégico e a sustentabilidade social das famílias em situação de vulnerabilidade.

1.3 Como Objetivos Específicos, Pretende-se:

I. Realizar revisão crítica da literatura sobre neuroeconomia, escassez cognitiva e transferência de renda. II. Identificar mecanismos cognitivos afetados pela escassez (miopia temporal, impulsividade), analisando seus efeitos sobre poupança, educação e saúde. III. Conduzir experimentos *lab-in-the-field* com beneficiários, comparando o desempenho cognitivo e os padrões decisórios antes e após o recebimento do benefício. IV. Avaliar o impacto do benefício sobre funções executivas (atenção, memória de trabalho e autocontrole). V. Elaborar recomendações para o aperfeiçoamento das políticas de transferência de renda com base em evidências neuroeconômicas. VI. Contribuir para o debate sobre políticas públicas baseadas em evidências, integrando dimensões econômicas, cognitivas e sociais.

1.4 Justificativa Pessoal

Milhões de brasileiros vivem sob tensão financeira constante, operando em um estado de sobrevivência que compromete o foco e a capacidade de planejamento. A pobreza ultrapassa a falta de recursos e molda o modo de pensar, afetando o raciocínio deliberativo e contribuindo para a manutenção dos ciclos de desigualdade. Este estudo busca analisar, sob uma perspectiva neuroeconômica, como a escassez financeira afeta funções mentais e decisões intertemporais de beneficiários de programas de transferência de renda. A pesquisa parte da premissa de que a sobrecarga mental corrói a autonomia cognitiva, e, ao integrar evidências da economia, psicologia e neurociência, propõe avançar além da lógica estrita da transferência de renda, fortalecendo o capital humano e o potencial de planejamento para um desenvolvimento mais justo e sustentável.

2. Fundamentação Teórica Preliminar

A literatura em ciências comportamentais e neuroeconomia indica que a escassez financeira afeta diretamente a tomada de decisão. A falta contínua de recursos reduz o foco, compromete o planejamento e encurta o horizonte das escolhas (Glimcher, 2011; Mullainathan; Shafir, 2013). Evidências empíricas mostram queda no desempenho cognitivo diante de preocupações financeiras, com impactos no equilíbrio emocional e no autocontrole (Mani et al., 2013; Haushofer; Fehr, 2014).

Estudos da economia comportamental indicam que o estresse intensifica decisões impulsivas e imediatistas, fenômeno explicado pela predominância do **Sistema 1**, pela **Teoria da Perspectiva** e pelo **desconto hiperbólico**, que leva à supervalorização do presente (Kahneman, 2012; Laibson, 1997). A neuroeconomia complementa essa interpretação ao mostrar que o estresse financeiro reduz a atividade do **córtex pré-frontal** (planejamento) e aumenta a ativação de regiões emocionais, favorecendo escolhas menos racionais (Glimcher; Fehr, 2014).

Organismos internacionais recomendam incorporar *insights* comportamentais às políticas públicas (Banco Mundial, 2015). No Brasil, embora a relevância das transferências de renda seja confirmada (Freitas; Paiva, 2014), há poucas investigações sobre seus efeitos cognitivos. Autores como **Thaler e Sunstein** (2009) defendem o uso de *nudges* para orientar decisões. Tais evidências sustentam a hipótese de que o alívio financeiro temporário pode melhorar o desempenho cognitivo e promover escolhas mais equilibradas²

²MULLAINATHAN, Sendhil; SHAFIR, Eldar. *Scarcity: Why Having Too Little Means Too Much*. New York: Times Books, 2013. MANI, Anandi; MULLAINATHAN, Sendhil; SHAFIR, Eldar; ZHAO, Jiaying.

3. METODOLOGIA

3.1 MÉTODO DE PESQUISA

A hipótese central baseia-se na premissa de que a escassez financeira impõe custos cognitivos que afetam funções executivas (atenção, memória de trabalho e autocontrole). Em contraste, o alívio financeiro temporário proporcionado pelos programas de transferência de renda atua como restaurador cognitivo parcial, ampliando a clareza mental e favorecendo escolhas intertemporais mais conscientes. Essa hipótese será testada por meio de comparação experimental entre beneficiários avaliados antes e após o pagamento do benefício.

3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A estratégia de pesquisa adotada fundamenta-se em um estudo comparativo intraindividual, estruturado para analisar dois momentos distintos da rotina de beneficiários de programas de transferência de renda: o período de escassez ativa, correspondente aos dias que antecedem o recebimento do benefício, e o período de alívio financeiro, que ocorre logo após o pagamento. Essa variação natural na disponibilidade de recursos constitui uma oportunidade empírica privilegiada para investigar como oscilações econômicas de curto prazo influenciam processos cognitivos e padrões decisórios.

Ao observar o mesmo participante em condições contrastantes de pressão financeira, torna-se possível identificar, com maior precisão metodológica, de que modo a escassez afeta atenção, memória de trabalho, raciocínio e autocontrole, bem como avaliar se o alívio temporário restaura parcialmente essas funções. Essa comparação permite captar mudanças no comportamento intertemporal relacionadas ao planejamento financeiro, ao cuidado com a saúde, ao investimento educacional e à organização cotidiana.

A pesquisa será realizada em municípios de médio porte de Santa Catarina, onde a atuação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) oferece condições institucionais adequadas para coleta de dados. O desenho metodológico adota o formato *lab-in-the-field*, que combina a validade dos experimentos controlados com a autenticidade do ambiente real, permitindo registrar decisões e respostas cognitivas no próprio contexto em que a escassez e o alívio financeiro se manifestam.

Poverty impedes cognitive function. *Science*, v. 341, p. 976–980, 2013. HAUSHOFER, Johannes; FEHR, Ernst. On the psychology of poverty. *Science*, v. 344, p. 862–867, 2014.

Essa estratégia dialoga com evidências de Mullainathan e Shafir (2013), Mani et al. (2013) e Haushofer e Fehr (2014), que demonstram que a pobreza sobrecarrega o espaço cognitivo disponível, limitando o planejamento e favorecendo escolhas imediatistas. Ao investigar esses processos no território, a pesquisa busca revelar como variações financeiras concretas afetam o funcionamento mental e oferecer subsídios empíricos para aprimorar políticas públicas de transferência de renda.

3.3 HIPÓTESE CENTRAL QUE ORIENTA ESTA INVESTIGAÇÃO

A hipótese central desta pesquisa é que a escassez financeira impõe custos cognitivos mensuráveis, prejudicando funções executivas como atenção, memória de trabalho, raciocínio e autocontrole. Pressupõe-se que, ao reduzir a pressão econômica, o alívio financeiro temporário proporcionado pelos programas de transferência de renda atua como restaurador cognitivo parcial, favorecendo maior clareza mental e decisões mais equilibradas.

Essa hipótese será verificada por meio da comparação do desempenho cognitivo e dos padrões decisórios de beneficiários avaliados antes e após o recebimento do benefício. Espera-se que a condição financeira influencie diretamente a forma como os indivíduos pensam, planejam e projetam o futuro.

3.4 DEFINIÇÃO E FORMA DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

As categorias de análise desta pesquisa combinam referências da neuroeconomia, da economia comportamental e das políticas públicas, permitindo compreender como a mente funciona sob pressão financeira.

1. Escassez Cognitiva (Variável Dependente)

A escassez cognitiva corresponde ao estado mental em que a preocupação constante com a falta de recursos reduz o foco, o planejamento e o autocontrole. Sua avaliação será realizada por meio de testes reconhecidos internacionalmente, como o Digit Span, o Stroop Test e as Matrizes de Raven, que permitem observar como o funcionamento mental é afetado por demandas urgentes do cotidiano.

2. Alívio Financeiro Temporário (Variável Experimental)

Refere-se ao momento logo após o recebimento do benefício de renda. Esse breve intervalo funciona como uma janela reveladora do impacto do alívio sobre o desempenho mental. A

comparação entre o período de escassez e o período pós-pagamento permitirá verificar se a redução da pressão financeira é capaz de restaurar funções executivas e melhorar a qualidade das decisões.

3. Comportamento Intertemporal

Categoria que expressa como os indivíduos equilibram recompensas imediatas e futuras, refletindo padrões de autocontrole, planejamento e preferência temporal (KAHNEMAN, 2012; THALER; SUNSTEIN, 2009). Será avaliada por meio de tarefas de escolha temporal, que permitem identificar o desconto hiperbólico, caracterizado pela tendência de priorizar ganhos imediatos em relação a benefícios futuros.

4. Percepção Subjetiva e Autonomia Cognitiva

A Percepção Subjetiva da Escassez refere-se à maneira como o indivíduo sente e interpreta a falta de recursos, identificada por meio de entrevistas semiestruturadas. A Autonomia Cognitiva e Decisória corresponde aos efeitos do alívio financeiro, avaliados a partir do desempenho cognitivo e dos relatos dos participantes, indicando se a redução da pressão econômica melhora o planejamento e a tomada de decisões.

Síntese Integrada

A integração entre métodos quantitativos e qualitativos permitirá compreender de forma ampla como a pobreza afeta não apenas a renda, mas também o pensamento, a atenção, o foco e a tomada de decisão.

Ao evidenciar que políticas públicas sensíveis à cognição podem reduzir os custos mentais da escassez, este estudo contribui para o desenvolvimento de programas sociais mais eficazes, humanos e capazes de quebrar o ciclo silencioso da vulnerabilidade.

3.5 CONTEXTO DA PESQUISA

O contexto da pesquisa situa-se na realidade socioeconômica de Santa Catarina, marcada pela coexistência de altos níveis de desenvolvimento e escassez financeira, cenário propício para analisar como variações financeiras influenciam o comportamento cognitivo de beneficiários de programas de transferência de renda. O estudo será conduzido em municípios de médio porte, onde a estrutura dos Centro de Referência de Assistência Social

(CRAS) permite a realização de experimentos e entrevistas em dois momentos distintos, antes e depois do recebimento do benefício, possibilitando avaliar mudanças cognitivas associadas à escassez ativa e ao alívio financeiro.

Além de considerar as condições objetivas da vulnerabilidade, a pesquisa examina o papel institucional dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e as dimensões subjetivas da escassez, entendendo a pobreza como fenômeno que se manifesta inicialmente no pensamento. A escolha de Santa Catarina funciona como um microcosmo das dinâmicas nacionais, permitindo interpretações aplicáveis a diferentes realidades brasileiras.

3.6 COLETA DE DADOS

A coleta de dados será conduzida por uma abordagem integrada, reunindo análises documentais, testes experimentais e técnicas qualitativas para compreender a relação entre escassez financeira e desempenho cognitivo. Inicialmente, serão examinados relatórios oficiais, bases do Cadastro Único, informações do Bolsa Família e documentos institucionais de Santa Catarina, que oferecem o contexto socioeconômico para interpretação dos resultados.

Na etapa empírica, serão aplicados testes cognitivos e tarefas de decisão econômica antes e depois do recebimento do benefício, associados a entrevistas semiestruturadas que aprofundam percepções de planejamento, uso dos recursos e sensações de pressão ou alívio. A comparação entre os períodos de escassez ativa e de alívio financeiro permitirá identificar diferenças nos padrões cognitivos e nas escolhas econômicas.

As fontes de dados incluem registros oficiais e literatura especializada, e todo o processo será realizado presencialmente, em ambientes autorizados, seguindo as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

3.7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise dos dados será conduzida por uma abordagem integrada, combinando rigor estatístico e interpretação qualitativa. Na dimensão quantitativa, os resultados dos testes cognitivos serão examinados por meio de estatística inferencial, com destaque para o teste *t* pareado, permitindo comparar o desempenho dos participantes nos períodos de escassez ativa e de alívio financeiro. Essa comparação busca identificar se a melhora temporária nas condições econômicas reduz a sobrecarga cognitiva e favorece decisões mais racionais.

Na dimensão qualitativa, as entrevistas serão avaliadas por meio da Análise de Conteúdo Temática, conforme Bardin (2011), possibilitando identificar percepções subjetivas da escassez, como alívio, esperança e autonomia, que não emergem dos resultados numéricos.

A triangulação dos achados integrará indicadores estatísticos e narrativas individuais, permitindo compreender como o alívio financeiro influencia o comportamento intertemporal, o bem-estar emocional e a autonomia cognitiva. Essa estrutura busca transformar evidências empíricas em subsídios para políticas públicas mais eficazes, reconhecendo que a escassez financeira afeta não apenas os recursos disponíveis, mas também o modo de pensar e agir dos indivíduos.

3.8 POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES PREVISTAS

A presente proposta articula, de forma concisa, as oportunidades e limitações das ciências sociais aplicadas, destacando sua relevância em três dimensões centrais. O estudo mostra pertinência temática ao investigar os efeitos da escassez de recursos sobre a cognição e o comportamento, tema ainda pouco explorado no Brasil e fundamental para aprimorar políticas de transferência de renda em um cenário de desigualdades persistentes.

Sua contribuição teórica e prática baseia-se na produção de evidências inéditas sobre os impactos cognitivos do alívio financeiro temporário, oferecendo subsídios para fortalecer a autonomia, o planejamento e a tomada de decisões conscientes entre os beneficiários.

A proposta apresenta alta viabilidade metodológica, por adotar um desenho ético, acessível e de baixo custo, o que favorece sua replicação em diferentes contextos sociais e amplia o alcance e a utilidade dos resultados.

Limitações e Sustentação

Reconhecem-se limitações inerentes ao campo, como o acesso restrito a bases administrativas e o risco de fadiga cognitiva entre os participantes. Ainda assim, a triangulação de dados e os protocolos éticos adotados garantem consistência, validade e robustez analítica aos resultados.

Nesse sentido, a proposta representa uma contribuição relevante ao debate sobre pobreza e políticas públicas baseadas em evidências, ao investigar como o cérebro, quando temporariamente liberto da pressão da escassez, recupera sua capacidade de planejamento e projeção de futuro.

4. CRONOGRAMA DE PESQUISA

A seguir apresenta-se o cronograma de trabalho dividido em fases e períodos, com o detalhamento das atividades previstas para cada etapa da pesquisa.

Fase I – Fundamentação e Desenho Metodológico (Meses 1 a 4): Esta fase inclui a revisão da literatura sobre neuroeconomia, escassez cognitiva e transferência de renda, a consolidação das principais referências e a definição final do delineamento lab-in-the-field e dos instrumentos de pesquisa, como testes cognitivos e tarefas decisórias.

Fase II – Coleta e Análise Exploratória (Meses 5 a 8): Nesta etapa serão coletados dados secundários de relatórios oficiais, estatísticas públicas e bases do Cadastro Único e do Ministério do Desenvolvimento Social. Também terão início as entrevistas exploratórias com beneficiários, gestores e especialistas, além da realização de pré-testes dos instrumentos experimentais para ajustes no protocolo.

Fase III – Análise e Sistematização (Meses 9 a 12): Organização e categorização dos dados; estruturação da análise comparativa entre escassez ativa e alívio financeiro; e interpretação preliminar dos resultados, verificando a consistência metodológica.

Fase IV – Análise e Redação Inicial (Meses 13 a 16): Consolidação dos resultados por meio da triangulação de dados; discussão crítica à luz da **neuroeconomia**; e redação dos capítulos de **Introdução, Fundamentação Teórica e Metodologia**.

Fase V – Redação e Revisão Intermediária (Meses 17 a 19): Redação dos capítulos de **Análise, Discussão dos Resultados e Conclusões**; revisão da coerência teórico-metodológica e integração final dos dados; e revisão linguística com adequação ao padrão ABNT.

Fase VI – Finalização e Defesa (Mês 20): Inclui a revisão técnica final da dissertação, com foco na precisão dos dados e argumentos; a normalização de citações, referências e elementos textuais; e a preparação da versão definitiva do trabalho para submissão e defesa.

Fase VII – Divulgação e Socialização dos Resultados (Após o mês 20): Após a defesa pública, esta fase contempla a publicação dos resultados em periódicos acadêmicos e relatórios técnicos destinados a gestores públicos, e a divulgação dos achados à comunidade.

5. Referências Bibliográficas

ARIELY, D. *Previsivelmente irracional*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

BANCO MUNDIAL. *World Development Report 2015: Mind, Society, and Behavior*. Washington, DC: World Bank, 2015.

CARVALHO, L. S.; MEIER, S.; WANG, S. W. Poverty and economic decision-making: Evidence from changes in financial resources at payday. *American Economic Review*, v. 106, n. 2, p. 260–284, 2016.

FAO; ONU MULHERES; OIT. *Proteção social e agricultura*. Roma: FAO, 2015.

FREITAS, C. A. P.; PAIVA, L. H. O Bolsa Família e sua relevância para o desenvolvimento social no Brasil. *Texto para Discussão IPEA*, n. 1944, 2014.

GLIMCHER, P. W. *Foundations of Neuroeconomic Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

GLIMCHER, P. W.; FEHR, E. (Org.). *Neuroeconomics: Decision Making and the Brain*. 2. ed. London: Academic Press, 2014.

HAUSHOFER, J.; FEHR, E. On the psychology of poverty. *Science*, v. 344, p. 862–867, 2014.

IBGE. *Cadastro Único e Bolsa Família: Panorama 2024*. Brasília: IBGE, 2024.

IPEA. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*. Brasília: IPEA, 2022.

KAHNEMAN, D. *Rápido e devagar: duas formas de pensar*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

LAIBSON, D. Golden eggs and hyperbolic discounting. *Quarterly Journal of Economics*, v. 112, n. 2, p. 443–477, 1997.

MANI, A.; MULLAINATHAN, S.; SHAFIR, E.; ZHAO, J. Poverty impedes cognitive function. *Science*, v. 341, p. 976–980, 2013.

MDS. *Relatório de Informações Sociais – Cadastro Único e Bolsa Família*. Brasília: MDS, 2023.

MULLAINATHAN, S.; SHAFIR, E. *Scarcity: Why Having Too Little Means Too Much*. New York: Times Books, 2013.

OECD. *Behavioural Insights and Public Policy*. Paris: OECD, 2017.

PAIVA, L. H.; FALCÃO, T.; BARTHOLO, L. Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: uma revisão de 18 anos. *Revista de Administração Pública*, v. 57, n. 1, p. 15–42, 2023.

SUNSTEIN, C. R. *The Ethics of Influence*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

THALER, R. H.; SUNSTEIN, C. R. *Nudge*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

THALER, R. H. *Misbehaving*. New York: Norton, 2015.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Prospect theory. *Econometrica*, v. 47, n. 2, p. 263–291, 1979.